



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Lacres Instituídos pela Sociedade e Enfrentamentos em Tempos de Exceção

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Lacres Instituídos pela Sociedade e Enfrentamentos em Tempos de Exceção

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L146	Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-565-5 DOI 10.22533/at.ed.655190209 1. Ação social – Brasil. 2. Brasil – Política social. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 361.610981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção, coletânea de vinte e dois capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam sociedade e enfrentamentos.

Abordando os conteúdos trazidos nas contribuições que se seguem, temos majoritariamente estudos que abordam a psicologia nas suas múltiplas vertentes de ações na comunidade social, mas também há a questão que se volta para a política de assistência frente ao questionamento de violência e tráfico de drogas. O ambiente escolar, dialogado com a ciência da psicologia, também é abordado, de modo que perpassa pela interação com a psicopedagogia, com a teoria da psicologia educacional, chegando até os desafios da escola na atualidade e a educação especial.

Além das já suscitadas, a presente coletânea congrega também capítulos que versam sobre enfermagem, saúde mental, espaços de acolhimento, terceira idade, comunidades quilombolas, dilemas enfrentados pelo feminino na sociedade das exclusões e prática esportiva.

Tenham ótimas leituras!
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO FAZER PSI DIANTE DA ESCOLHA PROFISSIONAL ENTRE ADOLESCENTES DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS	
Adria de Lima Sousa Patrícia da Silva Caldas Pamella Dias da Silva Vanessa da Costa Balieiro Francisca Renilma de Moura Marinho Joana Maria de Souza Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6551902091	
CAPÍTULO 2	6
CLÍNICA E SUBJETIVIDADE: POR UMA NOVA VERSÃO DO DISPOSITIVO PSI	
Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo	
DOI 10.22533/at.ed.6551902092	
CAPÍTULO 3	23
A PSICOLOGIA E AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DE ADOLESCENTES NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO	
Sidelmar Alves da Silva Kunz Mônica Marques dos Santos Adilson dos Reis Felipe	
DOI 10.22533/at.ed.6551902093	
CAPÍTULO 4	40
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE: A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E O TRÁFICO DE DROGAS EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS	
João Vitor Bitencourt Patrícia Krieger Grossi	
DOI 10.22533/at.ed.6551902094	
CAPÍTULO 5	52
O CONTEXTO INSTITUCIONAL PELA ÓTICA DA CRIANÇA	
Monalisa Pereira Furtado Celina Maria Colino Magalhães Agnes de Maria Júnior da Silva Dalízia Amaral Cruz Juliana Oliveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6551902095	
CAPÍTULO 6	64
PSICOMOTRICIDADE E PSICOPEDAGOGIA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	
Ceres Fassarella Carneiro Joan Cristina Rios De Oliveira Isabelle Cerqueira Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6551902096	

CAPÍTULO 7	76
ESTADO DA ARTE DE REFERENCIAIS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL: 1990-2016	
Paulo Emilio Gomes Nobre	
Emanuelle das Dores Figueiredo Socorro	
DOI 10.22533/at.ed.6551902097	
CAPÍTULO 8	87
PSICOLOGIA ESCOLAR E PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fabrício Costa Leite Barros	
Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna	
DOI 10.22533/at.ed.6551902098	
CAPÍTULO 9	91
OS DESAFIOS NA ESCOLA: FORTALECENDO O JOVEM DIANTE DA TRANSIÇÃO ESCOLAR	
Vinícius Nunes dos Santos	
Tatiana Souza de Oliveira	
Adinete Sousa da Costa Mezzalira	
DOI 10.22533/at.ed.6551902099	
CAPÍTULO 10	100
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS AUTISTAS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO	
Iana Paola Monte Freire	
Karine Lima Verde Peixoto	
Fábia Geisa Amaral Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65519020910	
CAPÍTULO 11	112
QUALIDADE DE SONO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUE ESTUDAM PELA MANHÃ E A NOITE DURANTE A SEMANA DE PROVAS	
Thamara Xavier Dias	
Aline Silva Belísio	
DOI 10.22533/at.ed.65519020911	
CAPÍTULO 12	120
ESTAGIÁRIO DE ENFERMAGEM: LUTO POR MORTE VIOLENTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS	
Rosane Albuquerque da Costa	
Isabela Vieira da Silva Santos	
Alisson Soares de Sousa	
Hossana Pereira Eugênio	
Jéssika Koste Sangali	
Lucas Costa Marins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.65519020912	
CAPÍTULO 13	132
CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES EM JEQUIÉ/BA	
Aida Lomanto Couto	
Elzeni Damasceno de Souza	
Tatiane Tavares Reis	
DOI 10.22533/at.ed.65519020913	

CAPÍTULO 14	143
ANÁLISE DAS VISITAS FAMILIARES EM UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DE BELÉM-PA	
Juliana Oliveira dos Santos Celina Maria Colino Magalhães Agnes de Maria Júnior da Silva Monalisa Pereira Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.65519020914	
CAPÍTULO 15	156
O ADEUS AO ABRIGO: NO CURSO DA MAIORIDADE, A REEDIÇÃO DO DESAMPARO	
Natalia Afonso Rubio Rita Aparecida Nicioli Cerioni Eliana Herzberg	
DOI 10.22533/at.ed.65519020915	
CAPÍTULO 16	165
RODAS DE CONVERSA COM IDOSOS: ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÕES E DE ENFRENTAMENTOS EM TEMPOS AUSTEROS	
Iris Clemente de Oliveira Bellato Matheus Bassan Alvino Brombim Lopes Amailson Sandro de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65519020916	
CAPÍTULO 17	177
REALIDADE E EXPECTATIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA PESSOAS IDOSAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA	
Carine Magalhães Zanchi de Mattos Patrícia Krieger Grossi Francielli Girard	
DOI 10.22533/at.ed.65519020917	
CAPÍTULO 18	189
COMUNIDADE QUILOMBOLA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: AS MARCAS DA EXCLUSÃO SOCIAL NA SUBJETIVIDADE HUMANA	
Fabrício Costa Leite Barros Orlando Júnior Viana Macêdo Vânia Santana Lacerda Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65519020918	
CAPÍTULO 19	193
MISSÃO LAPASSADE-1972: COINCIDÊNCIAS ANALISADORAS	
Marília Novais da Mata Machado Sônia Roedel Heliana de Barros Conde Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.65519020919	
CAPÍTULO 20	205
A MULHER DONA DE CASA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65519020920	

CAPÍTULO 21	215
MULHERES E O DIREITO DE <i>ESTAR</i> SÓ: DA LIBERDADE JURÍDICA AO PRECONCEITO SOCIAL	
Aline Podkowa	
Rosângela Angelin	
DOI 10.22533/at.ed.65519020921	
CAPÍTULO 22	227
ANÁLISE DE DADOS SOBRE MOTIVAÇÃO DE PRATICANTES E FREQUENTADORES DE ACADEMIA	
Lucas Augusto Menezes	
Breno Lara Beraldo	
Vitor Miranda de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.65519020922	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	231
ÍNDICE REMISSIVO	232

MISSÃO LAPASSADE-1972: COINCIDÊNCIAS ANALISADORAS

Marília Novais da Mata Machado

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, Minas Gerais

Sônia Roedel

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais

Heliana de Barros Conde Rodrigues

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia Social e Institucional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

RESUMO: Em 1972, Georges Lapassade esteve no Brasil em missão cultural. Dois anos depois, publicou *Os cavalos do diabo: uma deriva transversalista*. Viagem e viajante são vistos neste artigo como, simultaneamente, analisadores e analista do Brasil de então. O regime militar e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram as instituições focalizadas. Além do livro de Lapassade, outras fontes foram utilizadas: o arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFMG; informações recolhidas pela Arquidiocese de São Paulo, pela Comissão de mortos e desaparecidos políticos e Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado; escritos recentes de historiadores brasileiros; documentos do Setor de Psicologia Social da UFMG.

Buscaram-se “coincidências analisadoras”, ou seja, momentos de cruzamento entre o relato de Lapassade e outros registros históricos. Chegou-se à informação inédita de que, um ano após a missão, o missionário foi objeto de investigação pela Divisão de Segurança e Informação do MEC.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Institucional; o analisador; o analista.

MISSION LAPASSADE-1972: ANALYZING COINCIDENCES

ABSTRACT: In 1972, Georges Lapassade was in Brazil on a cultural mission. Two years later, he published *The Devil's Horses: a Transversalist Drift*. Travel and traveler are seen in this article as simultaneously the analyzing and the analyst from Brazil then. The military regime and the Federal University of Minas Gerais (UFMG) were the institutions focused. Besides Lapassade's book, other sources were used: the file of the Special Advisory of Security and Information of the UFMG; information gathered by the Archdiocese of São Paulo, Commission for the Dead and the Missing, and Institute for Studies on State Violence; recent writings of Brazilian historians; documents from the Social Psychology Sector of UFMG. Analyzing coincidences were searched: moments of crossing between the report of Lapassade and

other historical records. Unknown information was reached: one year after the mission, the missionary was investigated by the Security and Information Division of the Ministry of Education.

KEYWORDS: Institutional Analysis; the analyzing (*l'analyseur*); the analyst.

1 | INTRODUÇÃO

Georges Lapassade (1924-2008) chegou ao Rio de Janeiro na manhã do dia 24 de julho de 1972 e seguiu em voo doméstico para Belo Horizonte, onde trabalhou, em missão cultural, por oito semanas. No dia 19 de setembro estava de volta ao Rio. Retornou à França a 14 de outubro.

Intelectual francês bastante conhecido, sobretudo graças à formulação, com René Lourau, da Análise Institucional, Lapassade foi um dos pioneiros do grande movimento institucionalista que atravessa a psicologia, a pedagogia e a psiquiatria. Como prático da análise institucional, ele já se colocava como um analisador, conceito que designa pessoas, dispositivos e fatos que, por sua presença, revelam a estrutura e o funcionamento sociais, com suas divisões, privilégios, contradições, não ditos, tabus, proibições, peculiaridades.

Este texto resume outro anterior (MACHADO, ROEDEL e RODRIGUES, 2017). Nele, argumenta-se que a viagem de Lapassade é um analisador do Brasil de 1972. Passados 47 anos da missão lapassadiana e 45 do aparecimento de seu livro memória (LAPASSADE, 1974) que a relata na primeira pessoa, tem-se boa perspectiva para assegurar que a viagem expõe a situação política do País daquele momento – estava-se no nono ano do período ditatorial que viria a completar 21 anos quando extinto, ao menos oficialmente, em 1985. A viagem expõe também os procedimentos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), instituição que, juntamente com a Embaixada da França, promoveu a missão.

Adota-se aqui a própria Análise Institucional (LOURAU, 1975 [1970]; LAPASSADE e LOURAU, 1972 [1971]) como referencial teórico. Duas instituições são colocadas no foco: o regime militar e a UFMG. Seus momentos de universalidade, particularidade e singularidade são analisados.

Lembrando que as principais funções sociais são, de acordo com Lourau (1975 [1970]), educação, controle e produção, pode-se afirmar que, em 1972, o regime militar estava precipuamente voltado para o controle e a UFMG, para a educação. Essas eram suas funções universais, plenamente aceitas e verdadeiras, desde que assumidas de forma geral e abstrata. Porém, o olhar de analista institucional de Lapassade (1974), registrado no livro memória, e a pesquisa aqui apresentada observam as duas instituições a negar suas respectivas funções universais, apresentando um amálgama de particularidades concretas, específicas, que pouco ou nada têm a ver com as funções universais. Ao final, tais particularidades são negadas e o regime militar e universidade ressurgem de forma singular, concreta, funcional, com suas normas,

códigos e substratos materiais.

A pesquisa de documentos da época, alguns acessíveis apenas hoje, revela a atuação sobre a UFMG de diferentes agências da ditadura: o exército (ID/4 – Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar, 1º Exército, 4ª RI); o serviço de inteligência (SNI - Serviço Nacional de Informação, sua DSI/MEC - Divisão de Segurança e Informação no Ministério da Educação; o SNI/ABH, Agência Belo Horizonte) e sua seção especial na área de educação (DSIEC – Divisão de Segurança e Informação, Ministério da Educação e AESI/UFMG – Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, as duas subordinadas hierarquicamente ao SNI); a polícia política mineira (o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais) e a justiça (SCGI/MG – Subcomissão Geral de Investigações em Minas Gerais, Ministério da Justiça).

Para realizar a análise institucional, foram considerados: o relato das atividades práticas e teóricas do analista Lapassade em campo e acontecimentos conexos ocorridos no período, tais como transversalidades políticas, históricas e pessoais, implicações, contratransferências e transferências (LAPASSADE e LOURAU, 1972 [1971]).

Três fontes principais de informação foram utilizadas: (1) o livro *Les chevaux du diable: une derive transversaliste* (ou, em português, *Os cavalos do diabo: uma deriva transversalista*), em que Lapassade (1974) relata os trabalhos que desenvolveu durante sua missão; (2) as informações obtidas no arquivo AESI/UFMG (BRASIL, 1964-1982), sempre com o foco em 1972; (3) fontes secundárias: informações recolhidas pela Arquidiocese de São Paulo (1985); pela Comissão de mortos e desaparecidos políticos e pelo IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (2009); escritos recentes de historiadores sobre aquele momento (MOTTA, 2014a; 2014b); documentos sobre o Setor de Psicologia Social, principal responsável pela missão cultural (ABREU, 2012; RODRIGUES, 2008).

2 | COINCIDÊNCIAS ANALISADORAS

Procedeu-se à leitura atenta de *Les chevaux...* (LAPASSADE, 1974, doravante citado como *Os cavalos...*), e do Arquivo AESI/UFMG, em busca de correlações e dissociações entre fatos. Especial atenção foi dada às datas. Evidentemente, as informações das duas fontes primárias são parciais. O discurso lapassadiano é atravessado pelo olhar estrangeiro do autor, por sua seleção de temas, por suas decisões teóricas, pelas limitações impostas por sua língua materna e por sua compreensão do português, por seus segredos revelados e escondidos, por seus desejos. O Arquivo AESI, de seu lado, é fragmentado e descontínuo, possivelmente também incompleto, pois há restrição de acesso a documentos classificados ainda como confidenciais e secretos. As fontes secundárias ajudaram a contextualizar as informações obtidas no livro e no arquivo.

Com esse material, foram buscadas “coincidências analisadoras”, ou seja, momentos em que o registro pessoal de Lapassade e os registros históricos – arquivos e outras fontes – se cruzam, um conjunto apoiando o outro ou o contradizendo. Entre as coincidências, foram encontradas:

(1) *Separação entre o que o missionário sabia sobre a repressão política no Brasil e a repressão que ocorria de fato:*

Em *Os cavalos...*, Lapassade (1974) narra que, ainda incerto se viria ou não ao Brasil, aguardando a decisão ministerial francesa, ele finaliza em Paris a escrita de dois artigos e planeja vagamente partir em férias para o Marrocos, como fazia habitualmente. Como preparação da vinda, leu artigo da revista *Les Temps Modernes*, escrito pelo brasileiro João Quartim de Moraes (1971), filósofo que participara da resistência armada ao regime militar como integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sobre esse artigo, Lapassade (1974) assim se expressa:

Quartim explica a situação no Brasil, não pelo conceito de fascismo, mas pelo de autocracia burguesa. Essa análise constantemente guiou meu trabalho no campo. Ela me permitia definir *limites reais* e transgredir os *limites imaginários* que se queria atravessar no meu caminho agitando os fantasmas da repressão. (p. 48)

Mas, sem que ele a visse, a repressão estava, de fato, fortíssima no Brasil, embora ocultada, principalmente graças à censura dos meios de comunicação. Consulta rápida a apenas uma publicação, fruto de anos de pesquisas feitas por familiares – o *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil: 1964-1985*, publicado em 2009 –, evidencia que, entre a chegada e a partida de Lapassade, ao menos 14 militantes políticos que se opunham à ditadura foram mortos.

Contrariamente à percepção de Lapassade, quando se avalia a magnitude da repressão durante a ditadura tendo como indicador os números conhecidos de mortos e desaparecidos, o ano de 1972 só é ultrapassado por 1973: foram citados nominalmente 59 casos em 1972 e 74 em 1973.

Apenas após a escrita de *Os cavalos...*, Lapassade tomou conhecimento da gravidade da repressão no Brasil. Não chegou a negar o que percebera (erroneamente) *in loco*: um país em ordem. De fato, saiu da UFMG e de Minas Gerais afirmando: “A estadia em Belo Horizonte foi agradável; eu gostaria de prolongá-la mais, a vida era calma e tranquila.” (LAPASSADE, 1974, p. 107). Em nota de rodapé e antes de mencionar o texto de Quartim de Moraes (1971), relativizou sua apreciação do País à época:

Depois que este texto foi escrito, fiquei sabendo pelos jornais que a repressão se agrava no Brasil, que o ano de 1972 era um momento de relativa “calmaria” da violência. Essa conjuntura explicaria então o fato de que eu tenha podido me comportar como fiz no Brasil durante três meses. (Lapassade, 1974, p. 48).

Sem dúvida, a percepção da “calmaria” é analisadora da ditadura brasileira de então, que oferecia aos olhares estrangeiros e mesmo a olhares locais, uma situação de tranquilidade graças a segredos institucionais que camuflavam torturas, assassinatos,

perseguições políticas, aposentadorias compulsórias, expulsão de estudantes universitários, desmantelamento à margem da justiça de grupos opositores.

(2) *A dificuldade de Lapassade para analisar a circulação do dinheiro que recebia pela missão e transformá-lo em analisador social, bem como seu desconhecimento (ou eventual conhecimento) do controle dos órgãos da repressão sobre acordos, convênios e auxílios financeiros recebidos.*

Em publicação sobre o Setor de Psicologia Social lê-se:

Tínhamos uma pequena renda advinda dos trabalhos: parte do que cada um recebia ficava em conta conjunta. Além disso, tínhamos convênio com a Embaixada Francesa através do qual obtínhamos livros, financiamento da vinda de um professor francês por ano e ida para a França de um bolsista por ano. O grupo era, do ponto de vista financeiro, quase autônomo. (MACHADO, 1986, p. 36-37).

Nos *Cavalos do diabo* (LAPASSADE, 1974) lê-se:

Meu trabalho [no ICB] havia sido inscrito no calendário da “missão”, a fim de completar a soma que se buscava obter por adições para indenizar o “professor missionário”. [...] O “Conselho de Extensão” da universidade deveria assegurar as despesas de estadia; na realidade, eu me encarreguei delas. Não me parece inútil evocar aqui estes problemas de dinheiro. Eles tiveram um papel determinante ao longo de toda essa “missão”; infelizmente, as circunstâncias me interditam analisá-los aqui completamente. (p. 60-61).

Em análise institucional, o trânsito do dinheiro frequentemente é o principal analisador construído e colocado em exame. Aqui, o analista se dispensa dessa análise, dadas as “circunstâncias”. É possível que Lapassade soubesse, por intermédio de Célio Garcia ou do Conselho de Extensão da UFMG, da investigação nomeada “Relações culturais – Convênios e outros dados – Cursos e Programas” – informação que hoje pode ser vista no Arquivo AESI/UFMG (Caixa 16/1971, Maço 11, Folhas 173-229). Uma circular da Secretaria Geral da UFMG (006/71), de 17 de maio de 1971, ordenara que as unidades da universidade declarassem acordos e convênios internacionais e locais firmados, auxílios financeiros recebidos, assim como ajustes, contratos de financiamento de projetos, custeio de programas de cooperação técnica com quaisquer órgãos. Toda a contabilidade deveria ser doravante centrada na reitoria. A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, que recebia Lapassade e incluía o Departamento de Psicologia e o Setor, declarara apenas um convênio: o da Ford Foundation com o Departamento de Ciências Políticas.

Nada declarara, portanto, sobre as ajudas da Embaixada Francesa e, muito menos, sobre o dinheiro que “pingava” na conta conjunta (e secreta) do Setor de Psicologia Social. Mas Lapassade estava sempre indagando quem pagara e quem não pagara suas palestras e cursos, esmiuçando contas, argumentando que parte do dinheiro angariado lhe cabia. Aquela conta do Setor foi pronta e discretamente fechada, pois era sabidamente proibida.

Esse episódio não ficou sem consequências. Perdeu-se a suposta autonomia financeira do Setor. E, no Arquivo AESI/UFMG (Caixa 20/1973, Maço 1, Folhas 1-10), ficou documentada uma segunda investigação sobre o professor José Anchieta Correia

que, em 1972, respondia pelo Conselho de Extensão da UFMG – justamente aquele Conselho que, segundo Lapassade (1974, p. 61), deveria pagar as despesas de estadia e não o fez. Nos primeiros anos da ditadura, Anchieta fora preso e respondera a IPM (Inquérito Policial Militar). Afastara-se para estudos pós-graduados na Bélgica. Mas não foi esquecido. A 18 de dezembro de 1972, a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura solicitou novas informações sobre ele, já sabendo que o professor “Faz parte do Conselho de Extensão Universitária e é membro da Congregação” (folha 02, relativa ao Pedido de busca nº 3951/SIED/DSI/MEC/1972). Até maio de 1973, Anchieta amargou mais cinco meses de investigações, relacionadas ou não à missão de Lapassade.

(3) *A percepção e aproximação de Lapassade dos órgãos de representação estudantil, que dele fizeram amigo próximo de Chico, presidente do Centro de Estudos de Psicologia (CEP), e a morte de antecessor de Chico no CEP, assassinado pela ditadura.*

Lapassade descreve seu primeiro encontro com Chico como casual:

[...] no primeiro seminário de análise, quando cheguei, por acaso dois estudantes – Chico e Nelson – apareceram para pedir que Célio assinasse um documento administrativo. Ora, esses dois estudantes haviam sido eleitos para órgãos de representação: assim, Chico era o responsável pelo Centro de Estudos de Psicologia.

Uma conversa muito breve com Nelson e Chico me levou a descobrir a experiência dessas instituições “sindicais”, muito atrofiada, muito vigiada. (LAPASSADE, 1974, p. 45).

A pesquisa do arquivo e das fontes secundárias detectou outro presidente de Centro de Estudos de Psicologia: Idalísio Soares Aranha Filho, nascido em 1947, natural da cidade de Rubim, Minas Gerais. Mudou-se para Belo Horizonte para cursar o segundo grau. Como estudante de psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), em 1968, lutou por mais vagas para seu curso, participando do movimento a favor da entrada dos excedentes. Foi presidente do Centro de Estudos de Psicologia e do Diretório Acadêmico da faculdade. Como militante do PCdoB, mudou-se para o Pará, onde integrou o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Os fatos relativos à sua morte, quase certamente ocorrida a 12 de julho de 1972, isto é, 12 dias antes da chegada de Lapassade ao Brasil, ainda não estão bem estabelecidos.

(4) *Em Os cavalos..., Lapassade (1974) dá a entender que a autorrepressão perpassava os mais diversos relacionamentos no Brasil, as salas de aula, o movimento estudantil, entre colegas. Minimiza a possibilidade de repressão real e não a vê, mesmo diante dela.*

No Brasil, há uma possibilidade permanente de repressão político-policial. É preciso admitir isso *a priori*, como um princípio fundamental da vida cotidiana.

Mas existe ao mesmo tempo, em outros níveis institucionais, uma manipulação

dessa repressão central. Essa manipulação permite bloquear toda tentativa de mudança. (p. 30)

A *polícia cultural* é assegurada, no Brasil como em outros lugares, pelas instituições de ensino. O estado de classe não tem nenhuma necessidade de intervir e de bater se as instituições repressoras funcionam, se elas fazem “*em seu lugar*” o trabalho que ele lhes demanda [...]. (p. 31)

Para o analista francês, os temas da autocensura e da autorrepressão se entrelaçam. “No Brasil, durante um mês inteiro, representei o papel do analista que dissimula sua diferença. Pois “analista”, na imaginação dos grupos, é sempre, por suposição, sábio, adulto e heterossexual.” (Lapassade, 1974, p. 8).

Não me parecia possível, no Brasil, afirmar-me homossexual [...].

Eu estava imerso nessa contradição. Meu trabalho consistia em criar um *campo de fala* para a expressão de todos os desejos; mas eu devia ao mesmo tempo dissimular meus próprios desejos. (p. 16).

Parece-me assim que, a cada vez, fico preso neste paradoxo: não posso expor desejos profundamente dissimulados nos grupos senão dissimulando meus próprios desejos. (p. 17).

A repressão é bem real. Mas existem também *fantasias de repressão* que se utiliza à direita e à esquerda, seja para resistir a qualquer mudança, seja para explicar por que se colabora, de fato, com o sistema político. (p.89).

Mas o arquivo da AESI revela bem a repressão na UFMG naquelas cinco semanas da missão Lapassade: na Caixa 18/1972, Maço 21, folha 219, há circular de 02 de junho de 1972 do Ministro da Educação, Jarbas B. Passarinho, para o reitor da UFMG, Marcello de Vasconcellos Coelho, em que o ministro recomenda cuidado com a escolha dos paraninfos: “tomo a liberdade de consultar Vossa Magnificência quanto à possibilidade de [...] baixarem-se instruções reguladoras da escolha, pelos alunos concluintes, de seus paraninfos, homenageados e patronos de turmas”.

Com efeito, no ano anterior haviam ocorrido tentativas de resistência à ditadura por parte dos estudantes, quase todas frustradas. A que explica a carta do ministro na época da missão lapassadiana foi a escolha de paraninfos pelos estudantes: na Escola de Medicina, Amílcar Viana Martins; no ITEX, Aluísio Pimenta; na FAFICH, Pedro Parafita de Bessa, três ex-professores, aposentados compulsoriamente pela ditadura. (Caixa 17/1971, Maço 10, Folhas 98-126).

E ainda: desde 1969, a UFMG vinha aplicando o Decreto Lei 477, que autorizava a expulsão das escolas de ensino superior de alunos julgados inimigos do regime. O arquivo AESI/UFMG (Caixa 16/1971, Maço 16, folhas 255-355) traz a lista consolidada da aplicação e das tentativas de aplicação desse decreto na instituição até 1971: foram 25 casos, praticamente todos inteiramente desconhecidos da massa de professores, funcionários e alunos.

Durante os dias em que o missionário francês se encontrava na Universidade, o decreto estava em vigor. Bem perto de Lapassade, justamente no Departamento

de Ciência Política (DCP), copatrocinador da missão e espaço em que o analista institucional proferiu conferências, a aluna Magda Neves estava sendo indiciada no IPM 22/72-(Caixa 18/1972, Maço 24, folha 355). A 31 de julho de 1972 ocorriam procedimentos para aplicação a ela do Decreto Lei 477 (Caixa 18/1972, Maço 25, folhas 397-398; 392-393).

(5) *O encontro de Lapassade com a eventual contrainformação financiada pelo MEC, sem identificá-la como tal.*

O Ofício Circular n.2/SI/DSIEC enviado pela Divisão de Segurança e Informação do MEC ao reitor da UFMG explicita a política adotada pelo serviço de inteligência do ministério. O item 4, na segunda página desse ofício, expõe um dos procedimentos: “Desenvolver o serviço de contrainformação nos diversos campos ao seu alcance, tais como: teatro – rádio – cinema – revistas, etc.” (Caixa 16/1971, Maço 3, folha 153).

Lapassade (1974) registra em seu livro:

Naquele momento, atuavam nas escolas e universidades da cidade dois animadores do teatro *Arena* de Porto Alegre, em turnê no Brasil, sob os auspícios do Ministério da Educação, apresentando técnicas de expressão corporal. Eles também praticavam as novas formas de teatro-jornal: tratava-se de levantar nos jornais do dia informações que já haviam franqueado as barreiras da censura e de colocar essas informações em cena, em forma de esquetes improvisados.

[...]

O teatro-jornal tornou-se a nossa nova técnica. Em cada sábado, apresentavam-se ao público improvisações sobre as notícias políticas. Colocava-se em cena, de forma burlesca e crítica, o último discurso do ministro da educação. (p. 50).

Sem saber que o teatro era dispositivo de contrainformação da ditadura, o analista francês o vê como resistência – como por sinal, ao que parece, o próprio grupo teatral se via exclusivamente –, o compara ao sociodrama de Moreno, o compatibiliza com a análise institucional e o adota.

(6) *O papel de Lapassade na cisão do Setor de Psicologia Social, colaborando para a formação do um contra-Setor, sem que a cisão se passe de fato no campo político, como ele argumenta.*

À medida que se desenvolviam os trabalhos de Lapassade na UFMG, operava-se uma cisão no Setor de Psicologia Social. Parte do grupo acompanhava o missionário em suas diversas atividades de análise institucional. Outra parte mantinha certa distância:

[...] encontrava-me colocado cada vez mais, à medida que meu trabalho avançava, em posição de ser o *líder* de um movimento de ruptura. Os mais radicais se agrupavam cada vez mais no meu entorno; eles organizavam cada vez mais o *contra-Setor*, enquanto o clã de Célio se distanciava.

[...]

Nosso trabalho com os estudantes sindicalistas agravou ainda mais os antagonismos, aprofundando um pouco mais a oposição entre Célio e eu. (LAPASSADE, 1974, p. 44).

No final o grupo se partiu em “brancos” e “negros”, terminologia tomada de empréstimo da umbanda:

Começava-se a dizer no *Setor*, depois em torno dele, que Célio representava “a linha branca” da análise institucional, enquanto que eu próprio era o teórico e o prático da “linha negra”. [...]

A “linha branca” é a análise institucional posta a serviço da sociedade instituída.

Ela é, no melhor dos casos, uma linha que chamamos “reformista”. Na prática, ela se traduz pelo cuidado de apaziguar conflitos, acalmar tensões sem as desconsiderar, sem as sufocar, e também pela preferência acentuada por formas de autoridade democrática e de estabilidade social consentida.

A “linha negra” é a subversão. (LAPASSADE, 1974, p. 56).

Pós-Lapassade, o Setor chegou a recuperar certa unidade. Paranoica, contudo: tanto no sentido persecutório, em que o medo da ditadura o cindia de diferentes maneiras, quanto no de grandeza, em que cada parte se via como a eleita para mudar a sociedade.

O próprio Lapassade não escapou, talvez, à paranoia. Na hora de partir, a 14 de outubro, no aeroporto do Rio de Janeiro, achou que fora detido por tempo demais durante a verificação do passaporte. Sentiu-se só, pois quem o levava já não estava mais lá. Escreveu que, pela primeira vez, naqueles três meses, pensou que não se sairia facilmente: “Esse incidente significava que eu não poderia mais retornar ao Brasil” (LAPASSADE, 1974, p. 128).

Lapassade não teve a oportunidade de saber, mas, de fato, não passou despercebido das agências de repressão e informação. Ele foi a matéria de três folhas do arquivo AESI/UFMG (Caixa 21/1973, Maço 13, folhas 211-213).

(7) A análise da reforma universitária imposta pelo regime ditatorial, à qual Lapassade atribui caráter simultaneamente modernizador e conservador.

Lapassade deu o nome de “mandarins” aos catedráticos da UFMG e, com base em suas leituras prévias, os viu como conservadores: “Esses mandarins reacionários não sabem que os governos autoritários às vezes realizam [...] os projetos de reformas que os governos ditos democráticos deixam dormir nas gavetas.” (LAPASSADE, 1974, p. 66).

Deixando de lado o fato de que nem todo catedrático era conservador – alguns foram aposentados compulsoriamente por resistirem à ditadura e outros tantos se exilaram para sobreviver –, Lapassade acerta no restante da análise. A reforma imposta pelo regime militar, segundo Motta (2014a, p. 56), era “uma demanda da esquerda no pré-1964” e fruto de projetos defendidos no governo João Goulart. Aplicada pelos militares, foi uma modernização conservadora autoritária, ainda nas palavras do mesmo historiador.

Lapassade (1974, p.88) viu a universidade como um gueto onde as coisas podiam acontecer, desde que não repercutissem no seu exterior. Com ele concorda

Motta (2014a, p. 59): “se o radicalismo acadêmico não transpusesse os muros das faculdades, maiores as chances de ser tolerado e de não atrair medidas repressivas”.

Lapassade viu também a duplicidade dos gestores, “camada de jovens burocratas universitários da qual o Poder se serve para quebrar as velhas estruturas, as resistências à mudança – e para modernizar suas instituições, adaptando-as ao modo de produção capitalista” (LAPASSADE, 1974, p.60). De seu lado, Motta (2014a, p. 60) afirma “ser comum encontrar reitores que tomavam medidas repressivas com uma das mãos e com a outra protegiam pessoas visadas”, o que evitou o expurgo total da esquerda acadêmica. A leitura do arquivo AESI/UFMG comprova essas ações.

Utilizando a análise institucional, Lapassade detectou a razão do fracasso em provas de numerosos alunos do ciclo básico, recém-criado no bojo da reforma universitária: a disparidade dos resultados tinha a ver com a transversalidade das filiações sociais; tinha a ver com a sociedade de classes, com a desigualdade das heranças culturais. Reprovados eram os estudantes pobres: “Assim, aqueles professores democratas, oponentes da ditadura militar, próximos – diziam – do povo, corrigiam suas provas de tal forma que agravavam, sem o saber, sem o querer, as desigualdades sociais” (LAPASSADE, 1974, p.69). Com esse dado, ele tentou estender sua análise institucional a toda a UFMG, sem sucesso.

O Setor de Psicologia Social, naquela época, já trabalhava na implantação da reforma universitária. Havia um membro do Setor no Instituto de Ciências Biológicas e uma equipe de pesquisadores na Escola de Medicina. Pós-Lapassade, tanto “negros” quanto “brancos” do Setor participaram da implantação da reforma universitária na UFMG, o que talvez tenha amenizado a cisão interna. A análise institucional aprendida com Lapassade conferiu uma direção a esses trabalhos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que Lapassade foi analista e analisador do regime militar. Foi o analista que, por exemplo, apontou limites imaginários a impossibilitar uma ação política mais ferrenha contra a ditadura no Brasil de 1972; que assinalou o uso de fantasias de repressão para bloquear mudanças não desejadas; que ressaltou a capilaridade da violência na sociedade, sem reduzi-la às imposições da ditadura. Sua forma de agir, falar e viver fez dele igualmente um analisador do regime, possibilitando que se enxergassem contradições na ditadura, concomitantemente conservadora, reacionária e modernizadora.

No mesmo sentido, Lapassade foi também analista e analisador da UFMG. Foi o analista que detectou a reprodução, na universidade modernizada, da estrutura social desigual e hierarquizada da sociedade brasileira; que sinalizou a presença dos jovens burocratas que, no exercício do poder, se equilibravam servindo ao regime ditatorial, a seus colegas, a seus subordinados e às suas próprias carreiras universitárias. Foi também o analisador que separou, a serviço de uma mudança que ele almejava, os

brancos e os negros, reformistas e revolucionários que via.

Em meio a momentos de lucidez, Lapassade foi também tomado por cegueiras. Não viu contrainformação nem repressão factual em curso, mesmo quando ficaram diante de seus olhos. A aparente tranquilidade, ordem e liberdade que percebeu e sentiu na verdade camuflava o que hoje se conhece: a guerra violenta da ditadura contra seus oponentes, a repressão, a desordem jurídica, o aparato autoritário que instrumentalizou não só a aparência de ordem, como também a pauta desenvolvimentista, inclusive na universidade.

Sua cegueira, contudo, é também analisadora: a aparente tranquilidade, ordem e liberdade que hoje se sabe falsas enganaram o olhar arguto do analista institucional. Muitas das margens de liberdade e de inovação que Lapassade viu eram, assim, miragens de deserto. Embora se tenha cercado do por ele mesmo designado como *contra-Setor*, Lapassade nunca deixou de dar destaque à própria solidão, ao longo de sua missão no Brasil. Nesse sentido, não à toa, é raro que os analistas institucionais desenvolvam suas ações individualmente, privilegiando, ao contrário, o trabalho de uma equipe de interventores. Tal trabalho em equipe pretende criar um espaço propício à análise das implicações dos analistas com as instituições em jogo no campo e talvez tenha sido justamente esse espaço ausente um dos fatores do obscurecimento do olhar do analista Lapassade. Afinal, a proposta do conceito de implicação (e de análise de implicação permanente e generalizada) permanece o grande e desejável escândalo da Análise Institucional.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Uma história do setor de psicologia social da UFMG: invenções, teorias e práticas. 2012, 139p.** Dissertação (Mestre em Psicologia Social). Programa de Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2012.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Assessoria Especial de Segurança e Informação **AESI/ASI/UNI: documentos UFMG. (1964-1982).** 12.606 documentos textuais em 39 caixas.

COMISSÃO DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; IEVE – INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil: 1964-1985.** São Paulo: Ieva; Imprensa Oficial, 2009.

LAPASSADE, G. **Les chevaux du diable: une derive transversaliste.** Paris: "Psychothèque" Éditions Universitaires, 1974.

LAPASSADE, G.; LOURAU, R.. **Chaves da sociologia** (1971). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LOURAU, R. **A análise institucional.**(1970) Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

MACHADO, M.N.M. Transversos do social e alquimias da prática em psicossociologia. **Anais do 1º Encontro Mineiro de Psicologia Social.** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1986, p. 36-43.

MACHADO, M.N.M.; ROEDEL, S.; RODRIGUES, H. B. C. Missão Lapassade 1972: Coincidências analisadoras. **Estudos contemporâneos da subjetividade**, v. 7, p. 304-318, 2017.

MORAES, J.Q. La nature de classe de l'état brésilien. **Les Temps Modernes**. Vols. 304 (p.651-675) e 305 (p.853-878), 1971.

MOTTA, R. P. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a, p. 48-65.

MOTTA, R. P. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

RODRIGUES, H. B. C. Encontro intempestivo: Georges Lapassade no Brasil, 1972. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 268-289, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autismo 100, 101, 102, 104, 109, 111

B

Bolsa Família 8, 184, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213

C

Classe Social 47, 103, 104, 172

Comunidade Quilombola 8, 189, 190, 191

Consequências Psíquicas 7, 120, 122, 124, 129

Criança 6, 13, 17, 18, 24, 26, 27, 30, 34, 38, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 72, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 163, 164, 222

D

Desamparo 8, 128, 156, 158, 164

Desigualdade 1, 44, 45, 171, 192, 202, 217, 218, 222, 225

Direitos 6, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 61, 62, 63, 93, 97, 109, 110, 144, 149, 154, 158, 164, 165, 170, 175, 177, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 206, 207, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 231

E

Educação Especial 5, 7, 64, 100, 101, 105, 109

Enfermagem 5, 7, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 158, 175, 188

Enfrentamentos 2, 5, 8, 25, 50, 165

Ensino Superior 104, 114, 120, 128, 199

Escola 5, 7, 1, 2, 3, 4, 12, 13, 18, 40, 65, 71, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 129, 133, 141, 142, 155, 177, 181, 199, 202, 231

Espaço de Acolhimento 8, 143, 146, 149, 151

Exclusão Social 8, 45, 103, 104, 189, 190

L

Liberdade 9, 24, 25, 27, 30, 33, 34, 39, 43, 114, 156, 158, 182, 199, 203, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 225

Luto 7, 120, 124, 129, 130

M

Medidas Socioeducativas 6, 23, 24, 27, 30, 31, 34, 37, 38

Mulher 8, 160, 205, 206, 209, 210, 212, 213, 215, 218, 220, 221, 222, 224, 226

P

Pessoa Idosa 179, 183

Política de Assistência 5, 6, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 207, 212

Prática Esportiva 5, 227

Processos Educacionais 7, 87, 88

Psicologia 5, 6, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 16, 21, 22, 23, 24, 33, 34, 38, 39, 52, 61, 63, 68, 69, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 112, 115, 116, 117, 119, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 143, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 202, 203, 227, 228, 230

Psicologia Educacional 5, 7, 76, 78, 87

Psicopedagogia 5, 6, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75

S

Saúde Mental 5, 7, 11, 12, 13, 18, 47, 50, 70, 91, 132, 133, 135, 136, 137, 142

Sistema Regular de Ensino 7, 100, 101, 104

Situação de Rua 8, 43, 146, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Sociedade 2, 5, 3, 4, 6, 7, 16, 26, 27, 33, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 61, 70, 81, 88, 92, 93, 94, 102, 107, 109, 113, 154, 155, 168, 170, 171, 175, 177, 178, 183, 188, 190, 191, 192, 201, 202, 206, 209, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Sociologia 68, 203

Sono 7, 58, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Subjetividade 6, 8, 6, 7, 9, 10, 11, 20, 62, 84, 139, 154, 159, 167, 172, 189, 192, 204, 226

T

Transição Escolar 7, 91, 92, 95, 97, 98

V

Violência 5, 6, 14, 16, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 63, 92, 103, 120, 122, 129, 146, 178, 179, 180, 183, 193, 195, 196, 202, 203, 219, 225

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-565-5

